

O pacto

IGNACIO M. RANGEL

38/68

6/11/68

O empresariado e o proletariado brasileiros —com os paulistas à frente— estão empenhados em difíceis negociações com o fito de liquidar a inflação brasileira de quase 1% ao dia, ou, pelo menos, de trazê-la a níveis mais palatáveis. Ainda não chegamos lá, mas a inflação de outubro —27,25% para um mês de 31 dias— corresponde a nada menos do que 1.780% ao ano não bisexto. O alarme se justifica, portanto.

O "pacto" pode ser analisado sob vários pontos de vista, mas quer-me parecer que dois desses pontos de vista merecem atenção muito especial:

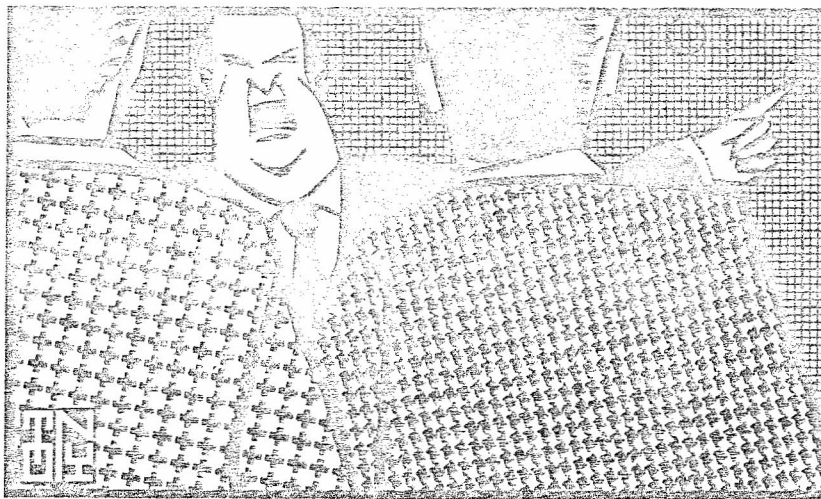
1) a burguesia industrial brasileira —com seu contrapeso social, que é o proletariado industrial—, ao tentar atrair a sociedade civil e o Estado para o debate, ensaia novo e importante passo no sentido da assunção da posição hegemônica, isto é, o "pacto" proposto emerge como uma antevisão de novo pacto fundamental de poder, vale dizer, de nova dualidade;

2) ao fazê-lo, porém, ainda se debilita para a hegemonia, visto como se deixa levar pelo mito do inercialismo, que continua a esterilizar nossos esforços para enfrentar nossa presente conjuntura recessiva, na qual se insere a aludida inflação, como epifenômeno.

Não é fácil dizer qual desses dois aspectos do mesmo fato —isto é, do "pacto"— deve ser considerado como dominante. Toda nossa experiência histórica, porém, tende a conduzir-nos à conclusão de que o fato de a inflação continuar a ser encarada sob ângulo pré-científico não merece prioridade. De equívocos assim está cheia a história do Brasil —e talvez não apenas do

Brasil. A consciência da realidade costuma retardar-se em relação à mesma realidade.

Por exemplo, mal acabamos de promulgar uma Constituição que define o Brasil como uma "República Federativa e Presidencial", e já o presidente do Senado prenuncia uma crise ministerial de corte francamente parlamentarista, que será a porta pela qual o nosso caduco federalismo cederá o passo a uma república unitária. Ora, acumulam-se problemas que só unitariamente podem ser resolvidos e, por outro lado, uma república unitária, que



lão seja parlamentar, é apenas outro nome da ditadura, que ninguém parece desejar ou poder reimplantar.

Isto posto, o notório "pacto" se nos afigura carregado de virtualidades preterintencionais, isto é, que vão muito além do seu objetivo formal, de acabar com a inflação. Esta não

pode ser liquidada por mágicas do estilo do Plano Cruzado, como, infelizmente como uma voz quase solitária, eu o dizia no devido tempo. Mas a sociedade, uma vez mobilizada, mesmo que seja para objetivos utópicos, cria condições para passos muito realistas, isto é, nada utópicos.

Com efeito, independentemente da idéia que dela façamos, a crise brasileira chegou a novo estágio, possivelmente o decisivo ou final. É uma crise que apresenta aspectos singulares, a começar por um balanço das contas correntes externas, que nos põe perfeitamente à altura dos encargos da dívida, qualificando-nos, portanto, para negociar com os credores, não como um devedor insolvente, um quase mendigo, como quando ensaiamos aquela lamentável moratória, mas em posição de força, para exigir a reformulação das obrigações pendentes.

Por outro lado, a produção agrícola bate recordes, o que qualifica como "sócio menor" da nova dualidade o novel empresariado agrícola que, embora surgido como mera dissidência do velho latifúndio feudal, antes mesmo que tome válida

consciência de si é nova classe social, capaz de dar cobertura ao seu "sócio maior", o empresariado industrial —a única força amadurecida para o exercício da hegemonia sobre toda a sociedade— para novas epopéias.

A sociedade —pouco importando se de si mesma faça uma imagem direita ou esquerdista, porque essas ilusões se permitem— liberta-se rapidamente dos sonhos de um passado irremissivelmente pretérito, como esse que pretende eternizar o instituto da concessão de serviço público à empresa pública, mesmo depois que dito instituto esgotou sua missão.

A notória crise, ademais, chegou ao próprio coroamento, isto é, à crise, no sentido etimológico preciso de decisão, como quando uma batalha aproxima-se do seu desfecho. Refiro-me ao fato de ter tomado a forma de crise das finanças do Estado. Isto posto, mesmo que toda a sociedade o quisesse, em conveniente unanimidade, que não mais existe, a concessão do serviço público à empresa pública não poderá ser preservada em sua forma presente e, uma vez substituída por novo instituto, condizente com o atual estado de coisas, abrirá o passo a toda uma série de mudanças, configurando nova dualidade —ou novo "modelo" ou "regime".

IGNACIO M. RANGEL, 75, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.